

ENTREVISTA

Inclusão Escolar

“Eu me preocupo quando me dizem que nada mudou com a matrícula de uma criança portadora de necessidades educacionais na escola”

Entrevista concedida por Rosângela Gavioli Prieto¹ a Maria José Baldessar, em setembro de 2005, na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP).

Palavras-chave: Prieto, Rosângela Gavioli-Entrevistas. Educação especial. Inclusão social.

Key words: Prieto, Rosângela Gavioli-Interviews. Special education. Social inclusion.

A educação sempre foi alvo de discussões e polêmicas. Atualmente, uma delas diz respeito à inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino. No Brasil, várias propostas estão sendo debatidas e postas em prática, desde a inclusão pura e simples até mistos de atendimento, ou seja, parte na escola regular e parte em estabelecimentos de educação especial. Doutora em educação e professora da USP, Rosângela Gavioli Prieto defende a inclusão e mudanças na escola a partir da entrada de alunos com necessidades educacionais especiais. Ela nos fala de inclusão, qualificação de professores, infraestrutura e tecnologia.

Ponto de Vista (PV): Vamos começar discutindo a questão da inclusão escolar. A primeira questão é: que inclusão é essa? Depois, essa inclusão diz respeito a todos os alunos ou àqueles portadores de necessidades educacionais especiais?

Rosângela Gavioli Prieto (RGP): Eu acho que tem que fazer algumas divisões para que possamos compreender esse tema. Primeiramente, nós precisaríamos abordá-lo do ponto de vista conceitual, teórico e, depois, do ponto de vista das práticas políticas, das práticas educacionais de sistemas de ensino.

Conceitualmente podemos encontrar pelo menos dois grandes conjuntos de produções no Brasil. Um conjunto que vai discutir a dicotomia inclusão X exclusão como fenômeno sócio-político e econômico, portanto, decorrência de sistemas capitalistas com as nossas características e, a partir daí, não se está falando de um único segmento da sociedade, mas dos que historicamente foram sendo alijados dos seus direitos. E aí, particularmente, nós podemos citar as lutas e os movimen-

tos dos negros, das mulheres, das pessoas com diversas orientações sexuais, das pessoas com deficiências ou, melhor, pessoas com necessidades educacionais especiais. Então temos um campo de discussão e de produção teórica que vai problematizar, questionar, evidenciar os mecanismos de exclusão e colocá-los nesse panorama maior.

PV: Inclusive os econômicos?

RGP: Inclusive os econômicos, pois são muitos os teóricos que fundamentam suas análises no Marxismo, numa leitura de classe e que, portanto, não poderiam se furtar dessa discussão de âmbito econômico.

PV: Você falou em duas correntes de produção teórica, qual seria a segunda?

RGP: Existe um outro conjunto de produções teóricas que indica que esse segmento populacional vem tendo seu direito à educação restringido; que vem sendo atendido, quando atendido, em formas, em organizações, paralelas ao ensino regular. Portanto, quando nos localizamos no plano teórico temos esses conjuntos referenciais. Se nós tomarmos como referência a população que apresenta uma necessidade educacional especial, teremos que nos reportar, pelo menos em tese, a este conjunto de referenciais que vai discutir isso. Assim, vamos encontrar nas conceituações uma correlação entre a expressão “inclusão escolar” e a necessidade de modificações estruturais na escola para que essa população tenha suas necessidades atendidas. Modificações estruturais que incluem a organização da escola no que tange ao currículo, à gestão da escola, à participação dos pais, às condições infra-estruturais etc.

PV: E no plano das práticas, onde nos situamos?

RGP: Bem, no plano da prática, temos no Brasil hoje a legislação que assegura o direito à educação, isto é, o direito ao atendimento educacional especializado, preferencialmente, na rede regular de ensino. Ainda na legislação está a garantia, para aqueles que não têm as suas necessidades atendidas no âmbito do ensino regular, da possibilidade de outros atendimentos e, portanto, está mantida a existência de classes e escolas especiais.

PV: E além da legislação, o que temos?

RGP: Saindo da legislação para os sistemas de ensino, vamos encontrar uma variedade de desdobramentos destas concepções teóricas, desses direitos legais. É preciso tomar certo cuidado quando afirmamos “nada tem sido feito e os alunos com necessidades educacionais especiais apenas têm sido matriculados

nas classes comuns”. Na minha opinião, desse modo não conseguiremos identificar onde estão as propostas que tendem a avançar, propostas diferenciadas, e aí nos furtamos de avaliá-las e saber se estão atendendo aos alunos e de que forma estão atendendo. Qualquer especialista que for analisar uma situação deve dizer de onde está falando. As redes estaduais e municipais, estas principalmente, têm tido comportamentos diferenciados.

PV: Conta um pouco da tua experiência de pesquisa e análise.

RGP: Eu tenho uma experiência de pesquisa e acompanhamento nos municípios do entorno de São Paulo/Capital. Diga-se de passagem, municípios pobres, carentes. E aí percebo a diferença nas ações. Muitos municípios estão matriculando, sim, os alunos e estão de fato tentando organizar formas de atender. E aqui entramos numa seara difícil, pois tem o campo dos embates políticos e das prioridades em cada sistema de ensino, dos embates financeiros – porque para atender essa população e para prover suas necessidades é preciso que se tenha a previsão de financiamento adequado. Não adianta dizer “é preciso isso” e depois não tenho orçamento para pagar. Tem a própria história e organização de cada município, às vezes são municípios que se assentavam em propostas de atendimento do tipo “escolas especiais” e que se sentem ameaçadas e em dúvida sobre “o que vai acontecer conosco agora”, sem compreender que é preciso construir essa proposta de atendimento. Nessa direção, eu diria que é mais comum encontrar nos municípios o compromisso do direito ao atendimento de todos, garantia de matrícula na Educação Infantil, no Ensino Fundamental. Certo conjunto de critérios começam a aparecer e definiriam se os portadores de necessidades especiais permanecem ou não na classe regular. Muitos sistemas de ensino estão abrindo a possibilidade para que sejam encaminhados para outros serviços e, claro, alguns municípios mantendo com firmeza o propósito deles permanecerem na classe comum.

PV: Então não há um consenso para esse atendimento?

RGP: Em termos de atendimento dessa população os municípios que tinham escolas especiais públicas – não estou nem falando das instituições, me reportando a sistemas públicos e, portanto, à organização desses serviços – tenderam a manter essas escolas e estão buscando no seu planejamento político e pedagógico elaborar propostas para o atendimento dessa população. A aí existem variações, desde centros de atendimento educacional, cada município com a sua denominação, com professores especializados, e outros, de referência, com professores

especializados e profissionais da área da saúde, psicólogos. Outra situação são os centros funcionando com esse profissional indo às escolas. São modelos de sistemas de ensino em que há equipes centrais e há equipes regionais que fazem a ligação entre a política da equipe central da secretaria com as escolas.

PV: E quanto ao investimento municipal para a inclusão dessa população?

RGP: De novo não vou generalizar, mas posso afirmar que os municípios têm investido – pode não ser na medida em que nós gostaríamos – em formação de professores. No entanto, é preciso aprimorar essa formação. Nós passamos por um estágio, ou estamos passando, ainda de caráter mais informativo, de discussão do direito de todos, de que é a escola o espaço de todos os alunos, de que eles não poderiam deixar de estar nesse espaço. Temos agora de passar para um momento mais formativo, um momento de capacitação, de continuidade dessa formação onde pudéssemos construir respostas pedagógicas às necessidades desses alunos. Muitos municípios já estão fazendo, mas acho que essas ações deveriam se generalizar enquanto proposta de atendimento. Obviamente, o planejamento do município e de suas secretarias deve levar em conta que uma proposta de atendimento inclusiva necessita de investimentos maiores, embora algumas escolas já tenham feito as adaptações necessárias como rampas, elevadores, banheiros, sinalizações, para todos (braille e sinais), mas estamos muito aquém do necessário.

PV: Vamos voltar um pouco, que população é essa?

RGP: Se situarmos essa proposta ao longo da história, no Brasil, vamos ter uma compreensão dessa população com necessidades educacionais especiais em um momento em que se compreendia que eram apenas as pessoas com deficiência, e estavam falando especificamente da visual, da auditiva, da física, da mental e foi sendo acrescida a múltipla: os superdotados e os talentosos. A experiência acumulada da educação especial predomina em relação ao atendimento das pessoas com deficiência, principalmente as quatro referenciais: mental, auditiva, física e visual.

A resolução n. 2/2001, do Conselho Nacional de Educação e Câmara de Educação Básica – CEB, faz uma categorização dessa população. Ou seja, passamos a trabalhar com três tipos de categoria, não mais exatamente as pessoas, mas com a possibilidade de categorizar como necessidades educacionais alunos que apresentam – falamos em situação de escolaridade – acentuada dificuldade de aprendizagem, grandes facilidades de aprendizagem.

Posterior a essa resolução e, portanto, adotando essa terminologia, muitos municípios têm, de fato, assumido um trabalho nas escolas com alunos com deficiência, com alunos que, em alguns sistemas, são chamados alunos DGD, ou seja, alunos com distúrbios globais de desenvolvimento. Isto é, crianças com autismo infantil, com esquizofrenia infantil e, em alguns sistemas de ensino, também a superdotação.

A única coisa que fico me perguntando é se o mesmo conjunto de práticas ou de necessidades de materiais, de equipamentos, de formação dos professores, poderia existir ou poderia ser elencada diante de um aluno, por exemplo, com uma outra língua e uma outra cultura e um aluno, por exemplo, cego, que precisa aprender ainda, porque não lhe foi ensinado, a orientar sua mobilidade, o manuseio de materiais, a aprendizagem de braille, dos equipamentos da matemática. O mesmo em relação a um surdo que necessita aprender a leitura labial ou oralização ou LIBRAS ou outra forma de comunicação. Como compreender como se constitui o pensamento da linguagem a partir da ausência de uma referência auditiva.

PV: Que superprofessor, ou professora, é esse(a) que daria conta de todos os alunos?

RGP: Bem, vou discutir algumas coisas que acho bem interessantes. Nós estamos num país, numa situação que, no mínimo, nos instiga bastante. Por quê? Como essa população, em sua maioria, sempre foi atendida fora do sistema regular de ensino é óbvio que nos deparamos com uma maioria de professores que nem o contato cotidiano teve com essa população. Então, quando os professores dizem “nós não estamos preparados” compreendo essas falas de várias maneiras, desde “eu não sei como adaptar material, eu não sei o que fazer até o preparo do tipo, eu não sei como reagir em relação a ela, como é que eu faço, ele não me vê. Como é que eu faço, ele não me ouve, ele não anda etc.”

Mas eu também perguntaria: que outra forma de começar a saber, exatamente, que perguntas, que dúvidas e que outras necessidades os professores têm se não estão convivendo com os alunos?

PV: Como enfrentar esse desafio?

RGP: No cotidiano mesmo. O que acho que está acontecendo – e venho me perguntando se isso não seria uma das justificativas para algumas resistências – talvez seja uma questão de desconfiança no sistema de ensino, de evidenciar, como professora, as necessidades de formação, de material e se se poderá de fato

poder contar com isso. De maneira mais direta: assumo na escola uma sala, porque assim foram distribuídas as salas que têm um aluno cego e um aluno autista. Tudo bem, começarei primeiro a levantar dados sobre aqueles alunos e, inclusive, sobre esses alunos, tentando descobrir como é que estabelecem relações, que conhecimentos anteriores têm e quais suas necessidades. Acho que somado a este medo, a esse desconhecimento, a esta falta de informações, que é histórica, tem um pouco essa desconfiança: “eu serei a única responsabilizada pelo processo de aprendizagem desse aluno? Com quem eu compartilharei?”

Aqui queria fazer uma observação importante. Temos ao longo dos anos associado necessidades educacionais especiais com deficiência física ou mental. É bom a gente começar a pensar que a evidenciação das necessidades educacionais especiais devem se dar no campo da escola e elas têm que se dar com o aluno naquela sala, naquela turma. Não é o fato de ele ter uma deficiência que faz com que tenha uma necessidade educacional especial. Temos que ter os alunos, observá-los, levantar dados sobre eles, programar atividades buscando atingi-los e aí, sim, podemos levantar elementos que evidenciem necessidades especiais no campo da aprendizagem do ensino de alguns alunos.

PV: E quanto ao envolvimento da comunidade escolar (professores, funcionários, pais e mesmo o aluno) no processo de inclusão?

RGP: Eu diria que bom será se por conta do atendimento de alunos com necessidades educacionais especiais a escola comesse a envolver a todos. Independente da matrícula de alunos com necessidades educacionais especiais. Por quê? Porque todos, na verdade, têm uma parcela de responsabilidade, lógico que em âmbitos diferentes, por princípios diferentes e, às vezes, com condições de formação e de trabalho diferenciadas, mas todos são responsáveis. Ou seja, quantas vezes nós nos deparamos, numa escola, com alunos com obesidade e esse não tem uma relação com necessidades educacionais especiais. Se a merendeira não tiver a sensibilidade e a sensibilização do que está acontecendo com aquela criança, ela pode ter a conduta de provê-lo de mais comida, porque ele está pedindo, e romper com todo o planejamento que, às vezes, está sendo feito pela família, pelo médico, pela professora e tudo mais.

PV: Nesse debate inclusão X exclusão o que achas mais preocupante?

RGP: Eu me preocupo, e acho que esse é um ponto essencial, quando me dizem que nada mudou com a matrícula de uma criança portadora de necessidades

educacionais. Preocupa-me muito mais do que encontrar lugares onde as pessoas se sentem até desesperadas com o "eu não sei o que fazer". Porque é essa angústia, esse desespero, que constrói caminhos.

PV: Professora, na minha sala são 15 crianças pequenas, primeira série do Ensino Fundamental, e dois têm necessidades especiais. No afã de incluir esses dois, não excludo os outros 13?

RGP: Por isso é preciso construir em conjunto. E quando falo em conjunto não é só com eles, porque é o grupo. Temos que lançar mão de recursos em que o grupo vá junto, desenvolvendo, aprendendo. Por quê? Porque a solução, se for pensada só em relação a esses dois, pode ser realmente que deixe os outros de fora. Esse é o cuidado.

PV: E as novas tecnologias, o computador na escola, ajuda na inclusão?

RGP: Para alguns alunos é essencial! O desenvolvimento tecnológico tem avançado nos últimos anos, inegavelmente. E tem avançado no sentido de atender, por exemplo, muitas das necessidades dessas pessoas e estamos falando de portadores de deficiência visual, física, auditiva. Vamos pensar naqueles alunos com deficiência física com comprometimento grande que com uma ponteira presa na testa conseguem se apropriar e fazer uso da linguagem escrita, acessar informação.

PV: E a Internet?

RGP: Até ela, isoladamente, têm sido importante. Mas o importante é: essas pessoas estão tendo condições de acessar? Nós temos sistemas de ensino que realmente equiparam as escolas e colocaram profissionais para ajudar. Têm outros sistemas que conseguiram equipar as escolas, mas não tem o profissional e o professor não está em formação para usar a sala; às vezes a sala fica fechada, às vezes é um problema, pisme, de fiação, ou seja, a parte elétrica do prédio não sustenta os equipamentos. Para de fato assegurar esse direito do acesso à informação, que para alguns alunos é 'o caminho' para acessar o conhecimento e para produzir, é necessário um compromisso político, com financiamento adequado. Nós não podemos admitir é que se compre equipamento e que não se possa usá-lo, que se tenha o professor e ele não saiba ligar o equipamento, e não sabe. Por isso falo de tempo do planejamento do professor, aprender a trabalhar com aquilo, aprender a fazer daquilo que está disponível um instrumento que potencialize a qualidade da sua aula. É ter, mas, também saber, como professor, fazer uso daquilo para melhoria da sua qualidade de ensino.

Rosângela Gavioli Prieto

PV: E as questões regionais? Com um Brasil desse tamanho, com todas as dicotomias e disparidades possíveis e imagináveis, é possível imaginar uma inclusão de todos?

RGP: O Brasil é um país realmente desafiador. Nós estamos em diferentes estágios de garantia de condições de vida da nossa população. Não estou falando só em educação, saneamento básico, tratamento de esgoto, portanto, prevenção de doenças. Na educação temos também uma variação enorme, mas fico pensando se o direito à educação para todos é um dispositivo da Constituição Federal, ele é nacional e não importa a região ou a condição dela. Acho que ou assumimos que é um princípio constitucional ou começamos a lesar a constituição. Se há regiões mais carentes e com menores condições, essa carência e essa menor condição é para todos. Por que a gente se preocupa tanto, nesse momento, com o atendimento desses 'especiais'? Se eles não tiverem as escolas e se não tiverem programas de atendimento, não tiverem o direito à educação assegurado, onde estarão?

Rosângela Gavioli Prieto

Universidade de São Paulo, Faculdade de Educação
Departamento de Administração Escolar e Economia da Educação
Doutora em Educação pela USP.
Mestre em Educação Especial pela UFSCar. Graduada em Pedagogia e Psicologia.
Av: da Universidade, 308. Cidade Universitária
CEP: 05508-040 – São Paulo, SP
E-mail: rosangel@usp.br

Maria José Baldessar

Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Comunicação e Expressão
Departamento de Jornalismo
Doutoranda da UCA-USP
Campus Universitário – Trindade
CEP: 88040-970 – Florianópolis, SP
E-mail: mbaldessar@hotmail.com